

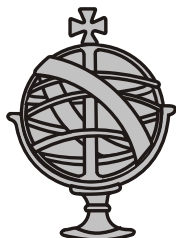


**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

***Relatório Final Projeto de Assessoria aos Movimentos Populares
Rural e Urbano de Salvador, Região Metropolitana e
Recôncavo.***

Período 2000 2003.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Alto de Ondina

Diagnostico Inicial

O surgimento dessa comunidade confundisse com o surgimento do Jardim zoológico, na década de cinquenta, e um novo olhar começa a ser lançado sobre ela no final da década de sessenta, quando o governo municipal da época começa a conceber Salvador como a cidade dos Vales e Avenidas, sendo uma dessas a avenida Anita Garibaldi, ligando a Vila América na Vasco da Gama, ao Rio Vermelho, e daí por diante a instalação de alguns equipamentos públicos, condomínios de luxos, gerando a especulação imobiliária, processo que se desenvolve entre nas décadas seguinte e culminando com ações brutais já na década de noventa, com intervenção policial na derruba de casas.

Esta comunidade está situada nos morros que separam a Orla Marítima, mais precisamente entre Ondina e Rio Vermelho, da Avenida Garibaldi, e por isso denominada Alto de Ondina, se desenvolvendo entre o Jardim Zoológico (Ondina) e a Vila Matos (Rio Vermelho), por se constituir um local bastante aprazível é também bastante desejável, sobretudo pela especulação imobiliária.

A comunidade conta hoje com uma população de mais de cinco mil pessoas distribuídas numa média de 1200 dos domicílios ocupados, composta maciçamente entre negros (as) e mestiços (as), na sua maioria do gênero feminino, maioria essa que também assume a chefia da família.

Assim como em todo o país a comunidade vive a crise do desemprego que é estrutural, resultante da política econômica das classes dominantes, sobrevivendo de biscates que vão desde venda ambulante, a prestação de serviço de diversos inclusive doméstico, este último favorecido do ponto de vista da localização da comunidade, que estando centrada numa área de concentração da classe média, público que absorve a prestação do serviço doméstico, este serviço acaba se mostrando com maior possibilidade de ser exercido, contudo se mostrando mais fragilizada do ponto de vista da exploração.

A comunidade conta hoje com três formas de representação, sendo duas associações e um Conselho, uma das quais (associação) existente há aproximadamente dez anos, e apesar do tempo, um número significativo de comunitários desconhece a sua existência, pelo fato da definição do seu tempo está relacionado à ação cartorial e não a intervenções junto a comunidade, a outra associação que surgiu há aproximadamente um ano, também resultante de ação cartorial, com o desejo explícito e equivocado de receber recurso destinado a projeto de reurbanização aprovado para a comunidade, e o Conselho de Moradores do Alto de Ondina entidade que se organiza a aproximadamente cinco anos, com uma composição resultante de um processo eleitoral, inicialmente majoritariamente masculina, e atualmente já se constituem de forma mais equilibrada no que diz respeito a presença de homens e mulheres na composição da diretoria.

O conselho se não representa a maioria da comunidade, qualitativamente tem feito frente a lutas importantes da comunidade no sentido de se consolidar no espaço, e nesse sentido tem construído espaço de debate no sentido de garantir a participação da comunidade na elaboração e execução dos projetos de “melhoria habitacional” dos governos estadual e municipal.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Intervenção

- 1 - Reuniões regulares.
 - 2 - Seminários de avaliação e planejamento.
 - 3 - Seminários de formação.
 - Relações de Gênero
 - 4 - Estudo de textos.
 - 5 - Encontro das áreas assessoradas pela CJP
 - 6 - Oficinas de formação.
 - identidade racial.
 - 7 - Cursos de formação.
 - Como funciona a sociedade.
 - 8 - Incentivo à participação nas lutas gerais.
 - Campanha Primavera para a vida.
 - Grito dos excluídos.
 - Dia da Consciência Negra.
 - 9 - Campanha para o processo eleitoral.
 - Eleição para nova diretoria do Conselho.
- Orientação para o processo de registro do Estatuto do Conselho em cartório.

Resultados

Posse da nova diretoria.

Participação Grito dos excluídos

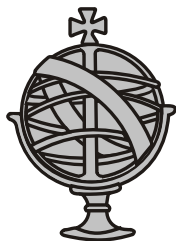
Participação na Marcha Primavera para vida

Participação na Marcha do Vinte de novembro.

Participação no Fórum de comunidades na luta por moradia.

Embargo do Projeto de Reurbanização AVIS-CONDER

Negociação do Projeto Cores da cidade.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Cajazeiras IX

Diagnostico inicial:

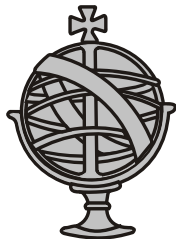
A comunidade de Cajazeiras IX anteriormente denominada e conhecida por Jardim das Mangabeiras, resultante de ocupação ocorrida em julho de 1996, na periferia da cidade de Salvador, região onde se localiza o maior Conjunto habitacional da América Latina em número de núcleos habitacionais com casas populares denominada Cajazeiras, desde então esta comunidade vem lutando pela permanência nesta área, como também pelo direito a uma infra-estrutura, saneamento, escolas de ensino fundamental, creche, posto de saúde, e identificando tantas outras necessidades que na verdade aflige outros bairros populares e populosos de Salvador, sobretudo na periferia.

No processo de luta a comunidade desenvolveu como forma de organização da luta a Associação de Moradores, que desde então vem defendendo de forma sistemática os interesses da comunidade, que inicialmente contava com aproximadamente 2000 famílias, nesses últimos meses praticamente dobraram, destas famílias cerca de 40% são chefiadas por mulheres, mães solteiras, que em sua maioria se ocupam como diaristas e/ou empregadas domésticas, e quando do exercício das suas atividades se utilizam das vizinhas e das avós para cuidarem de seus filhos, e em muitos casos permanecem sozinhos.

A presença e força das mulheres que moram na comunidade são marcantes, e tem sido decisiva desde o momento da ocupação como no processo de resistência para a permanência na área, contudo esta realidade não se reflete na participação propositiva na Associação.

A comunidade vive uma grave situação de desemprego, onde 80% dos moradores sobrevivem do mercado informal, como ambulantes ou em trabalhos temporários, sobretudo na construção civil, uma situação que se repete em varias outros bairros na periferia da cidade o que as colocam em situação de extrema vulnerabilidade, e em período eleitoral acabam por ser cooptados pelos partidos principalmente da direita, que buscam votos a partir das mais variadas estratégias desde ação meramente assistencialistas, a utilização das pessoas da comunidade como candidatos apenas como massa de manobra, para conseguir votos para legenda.

A comunidade através da Associação de Moradores, mobilizou-se para negociar junto aos órgãos públicos, alguns serviços, como também com o governo do estado negociando um Projeto de Urbanização.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

A comunidade de Cajazeiras IX adensou bastante nesses últimos dois anos, isso decorrente de uma situação geral no estado da Bahia de déficit habitacional que vem acarretando um número significativo de ocupações em vários locais da cidade, resultante do desemprego crescente que acontece em todo país, e da falta de uma política habitacional que contemple as camadas populares, e conseqüentemente nos locais onde despontam essas ocupações também concentram o desemprego, falta de infraestrutura, escola, etc. decorrente da falta da presença do estado nos locais onde habitam as populações mais pobres da cidade, ainda que estas representem a maioria da população da cidade.

Como resultado do processo reivindicatório, a comunidade conta hoje com serviço de água e esgoto embora necessitando de ampliação inclusive pelo adensamento da área, além de estar contando com o serviço de telefonia, que vem se expandindo significativamente tanto nas linhas residenciais, como nos telefones públicos. Por outro lado todo esforço no sentido da negociação do Projeto de urbanização não conseguiu avanços, houve uma ação diagnóstica inicial, que gerou uma expectativa geral na comunidade, mais que efetivamente não gerou a intervenção pretendida.

Apesar do esforço no sentido de alterar o funcionamento da Associação que se configurava de modo centralizado na figura do presidente, não conseguimos esta mudança contudo no processo o presidente se envolveu com outras ações se distanciando da Associação, o que acabou acarretando mudança, não só da figura do presidente bem como de quase toda composição da diretoria, o que efetivamente não alterou o funcionamento da Associação mais que apontou alguns elementos importantes de análise, e que nos ajudou a definir novas ações, indicando a possibilidade de intervenções sobretudo para os jovens e as mulheres na perspectiva de geração de trabalho e renda. Nesse sentido uma pesquisa de campo aplicada por amostragem, por jovens com formação na área de direitos humanos, onde se constituiu um banco de dados, da situação socioeconômica das famílias e do potencial produtivos dos jovens e das mulheres da comunidade, no sentido de desenvolver ações organizativas a partir de atividades produtiva.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Intervenção:

Reuniões regulares

Seminário de avaliação de planejamento

Seminário de formação

➤ **Relações de gênero.**

Sensibilização ao processo organizativo das mulheres.

Avaliação permanente junto a Associação e a comunidade do processo de negociação do Projeto de urbanização da comunidade;

Incentivo a participação nas manifestações coletivas

Participação no grito dos excluídos

Caminhada Primavera para vida.

Resultados

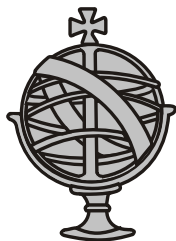
Mudança da diretoria da Associação

Pesquisa socioeconômica

Formação de um banco de dados

Mudança na metodologia de intervenção

Participação eventual no Fórum de comunidades em luta por moradia.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Reciclart

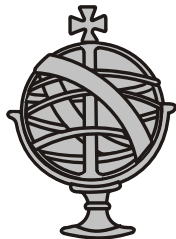
Diagnostico inicial:

O empobrecimento populacional resultante das situações de desemprego estrutural causado pela extinção de postos de trabalho, está levando trabalhadores e suas famílias a “morarem” na rua, o que mudou o perfil do morador em situação de rua nos últimos anos, a conjuntura que agravou a situação da classe trabalhadora no Brasil e não é diferente em Salvador, apontam as algumas questões para reflexão e conseqüentemente intervenção: primeiro que trata-se de um problema localizado e pontual, e sim de situação social e grave, que por tanto precisa ser tratado pelo conjunto da sociedade, segundo que o perfil dessas pessoas aponta para um possibilidade concreta não de emprego mais de empregabilidade, de capacidade de geração de trabalho e renda.

Presente nessa conjuntura e compreendendo a crise como possibilidade de transformação a CJP que nas suas intervenções já percebia a necessidade de organização das populações em situação de rua, percebendo esse publico como uma categoria social que na crise do capital implementada pelo neoliberalismo, nos últimos anos vem crescendo e tomando corpo e força decidiu por intervir especificamente a partir de um grupo considerando a impossibilidade de intervir na situação geral, pensou e concebeu a idéias de um projeto piloto, que pudesse estar dinamizando o potencial, que emerge desse grupo articulando com uma proximidade ao que já aparece efetivamente como renda para esses, que são os resíduos sólidos reutilizáveis, surgindo então a ação do reaproveitamento de resíduos sólidos reutilizáveis numa perspectiva e concepção artística e artesanal, sendo então criado o grupo Reciclart.

O grupo Reciclart é um grupo de trabalhadores em situação de rua, que trazem consigo um potencial para desenvolver trabalhos de artesanato e outros que não trazem esse potencial, trazem o interesse por essa aprendizagem.

O grupo constituído em média por vinte pessoas entre homens e mulheres na sua maioria entre 25 e 30 anos, alguns com uma relação freqüente e descontrolada com o uso de drogas, na sua maioria convivendo com a situação de rua desde criança, com significativas histórias de perda, exclusão, sofrimentos, injustiças, violências dos mais variados tipos. Contudo compõe essas histórias exemplos importantes de resistências expressas das mais variadas formas, experiências de trabalhos, de lutas constantes para não sucumbir.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

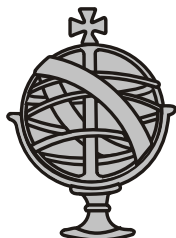
Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Intervenção:

- Assessoria as reuniões regulares.
- Curso de letramento.
- Confecção com retalhos.
- Confecção de brinquedos com material reciclado.
- Seminário de avaliação e planejamento.
- Seminário de formação.
- Incentivo a participação em Feiras e eventos.
- Atividades culturais: exposições, cinema.
- Estudos de textos

Resultados:

- Passaram a dormir nas casas de passagem, abrigos noturnos, etc.
- Retorno para família.
- Tratamentos em casa recuperação .
- Acompanhamento psicológico.
- Mais da metade do grupo alfabetizado (lendo e escrevendo)
- Retorno a escola regular para o prosseguimento nos estudos.
- Incorporação ao mercado de trabalho.
- Participação na Feira da ASA
- Participação na Feira do comercio justo.
- Participação na Feira da Primavera para vida.
- Participação na Marcha da Primavera para Vida .
- Participação no Grito dos Excluídos.
- Participação na Marcha do Vinte de Novembro
- Seminário de Geração de trabalho e renda para população em situação de rua



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Áreas Rurais

Praia Grande - Ilha de Maré

Diagnóstico inicial

O povoado de Praia Grande está localizado no Município de Salvador, representando um importante foco de resistência ao processo de expansão urbana que praticamente dizimou a área rural do município.

A Comunidade é formada por 90% de negros, mas não há uma identificação com a questão racial, pois a maioria das pessoas não se afirma enquanto cidadãos(as) negros(as). Conseqüentemente, não se trabalha o resgate e a preservação da cultura negra. A religiosidade dos(as) afro-descendentes é vista de forma preconceituosa e há uma intolerância religiosa explícita.

A comunidade é formada por 56 famílias que sobrevivem do cultivo da terra através do regime familiar e de forma coletiva cultiva culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca, cana de açúcar, quiabo, banana e outros) em cerca de 300 tarefas de terra, situadas na Fazenda Cruz, localizada em Praia Grande Ilha de Maré. O excedente da produção é comercializado em feiras livres, contribuindo para o abastecimento da cidade de Salvador.

A divisão social do trabalho é bastante explícita: as mulheres se ocupam do trabalho doméstico como a sua principal atividade, cabendo a elas a responsabilidade de prover a educação e saúde dos filhos, bem como a dos maridos. Paralelo a isso, as mulheres se ocupam do trabalho de roça (desde o plantio até o processamento da mandioca) e na catação de marisco que muito embora desprenda muito tempo de trabalho, a remuneração é muito baixa.

Os(as) trabalhadores(as) estão na área em tempo que varia de 05 (cinco) a 50 (cinquenta) anos. As terras ocupadas estão localizadas numa Ilha Oceânica, portanto são consideradas terras da União. A área encontra-se ainda em situação de conflito e risco de expulsão dos trabalhadores(as), embora já se tenha avançado junto ao Poder Público Federal no sentido da regularização das posses. A comunidade está refletindo no sentido de regularizar as posses em nome da associação, contemplando homens e mulheres.

O analfabetismo atinge cerca de 70% dos(as) trabalhadores(as) entre 40 e 60 anos de idade, este índice cai para 50% na faixa etária 20 a 40 anos. A localidade só possui escola até a 4ª série primária, obrigando os(as) jovens a continuarem os seus estudos na cidade de Salvador, o que são poucos(as) e com custos muito altos.

O problema da educação atinge as mulheres de forma mais acentuada, pois as famílias muitas vezes, por falta de recursos financeiros, são obrigadas em escolher qual o filho que dará prosseguimento aos estudos e na maioria das vezes optam pelo filho homem.

Os(as) trabalhadores(as) há cinco anos formaram um núcleo organizativo para resistir na posse da terra. Esta organização evoluiu para a criação de uma Delegacia Sindical do Sindicato Rural de Salvador Lauro de Freitas. Em dezembro de 1999, após um longo processo formativo foi constituída a “Associação dos Trabalhadores Rurais, Artesãos e Marisqueiras de Praia Grande”, tendo a presença de 30% de mulheres nos cargos diretivos.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

A associação apresenta fragilidade no funcionamento das suas instâncias, havendo uma falta de formação e informação do papel da diretoria, desembocando numa centralização de poder e atividades em algumas pessoas. A visão do papel da Secretaria da Mulher reflete a concepção que os (as) associados (as) têm da questão de gênero, pois a Secretaria deveria ter o papel de qualificar melhor as mulheres para exercer as suas tarefas domésticas.

Intervenção

- A CJP promoveu um Seminário de Avaliação na área que serviu como instrumento para definição do diagnóstico que subsidiou o planejamento do período.
- A CJP realizou o 2º Encontro de Áreas assessoradas que teve a função de avaliar o trabalho da assessoria e contou com a participação de 05 pessoas (homens e mulheres)
 - A CJP assessorou a comunidade na compra dos instrumentos para a fábrica de polpas.
- A CJP promoveu um seminário sobre o uso dos equipamentos coletivos da comunidade.
- A CJP acompanhou as Ações Possessórias da área em conflito que envolve os(as) trabalhadores(as) e o grileiro. Na Justiça Estadual: Ação de Apelação no Tribunal de Justiça da Bahia e Mandado de Segurança interposto pela União no Superior Tribunal de Justiça. Na Justiça Federal: Ação Possessória com Agravo de Instrumento interposto no Tribunal Regional Federal, com recente vitória para os (as) trabalhadores (as).
 - A CJP acompanhou a comunidade na ida a órgãos públicos (Ministério Público Federal Gerência de Patrimônio da União) a fim de tratar da questão da legalização da área, conseguindo que a Advocacia Geral da União se manifestasse, para deslocamento das Ações Judiciais do âmbito estadual para o federal.
 - A CJP realizou acompanhamento sistemático de Procedimentos Administrativos junto aos órgãos: Ministério Público Federal, Gerência Regional do Patrimônio da União, Ministério Público Estadual, INCRA e IBAMA.
- A CJP realizou uma Oficina de Identidade Racial.
- A CJP realizou uma Oficina de Relações de Gênero.
- A CJP realizou um Seminário sobre Processos Produtivos, Comercialização e Organização.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Resultados

- Compra dos equipamentos e montagem da fábrica de polpas.
- Montagem da nova fábrica de farinha e derivados da mandioca.
- Transformação da antiga fábrica em centro cultural, incorporando o relacionamento com toda a comunidade de Praia Grande.
- Roça coletiva de mandioca quiabo e frutas em regime de mutirões.
- Participação de dois membros no conselho de segurança pública de Ilha de Maré, como representantes da comunidade.
- Participação de dois membros (um homem e uma mulher) na Coordenação Regional do CETA (Movimento de Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as)).
- Consolidação do grupo de mulheres com cronograma de atividades em sintonia com o todo das atividades específicas.
- Participação de duas mulheres na Coordenação do Coletivo de Mulheres do CETA Recôncavo.
- Participação na Mobilização de Abril do CETA, Fundo de Pasto e Quilombolas, que teve a participação de 1800 pessoas de todo o Estado da Bahia.

Perspectivas.

- Pelo estágio organizacional e de produção, consideramos que a comunidade tem maturidade para realizar com autonomia e independência a continuidade de suas lutas.
- Realização de um seminário com o caráter de encerramento de nossa assessoria direta e específica.
- O contato com a área se manterá pela relação com a CETA Regional Recôncavo.

Sazonais

Diagnóstico inicial

O Recôncavo, como objeto de nossa intervenção, é uma região que compreende seis municípios, marcados ao longo destes anos pela monocultura da cana-de-açúcar. A economia é dependente e controlada por apenas três grupos que também dominam a política local.

Esses grupos econômicos possuem cinquenta fazendas na região, sendo parte delas destinadas ao plantio da cana-de-açúcar e outras a especulação.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

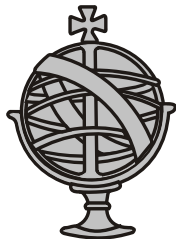
As usinas empregam cerca de 2.000 trabalhadores no período de safra. No auge da economia açucareira este número já atingiu 6.000 trabalhadores. O declínio da atividade vem se arrastando a mais de dez anos sem que tenha sido criadas outras alternativas de trabalho e renda para a região.

O trabalho na cana de açúcar é marcado pela sazonalidade, que corresponde ao total de 75% da força de trabalho empregada na atividade, neste segmento o trabalho direto da mulher praticamente não é visto, sendo as mesmas “recrutadas” no período da limpa e adubação, recebendo menos do que os homens. A finalização da safra acarreta a demissão em massa dos trabalhadores(as), com total desrespeito a normas trabalhistas.

Os (as) sazonais formam um verdadeiro exercito de reserva para o setor açucareiro. A falta de trabalho durante mais da metade do ano faz com que os(as) trabalhadores(as) se submetam a qualquer tipo de atividade, sendo muitos levados em regime semi-escravos para o corte da cana em outras localidades, causando verdadeiro esfacelamento das células famílias.

As mulheres se ocupam do trabalho doméstico e da extração de frutas nativas da região durante todo ano. No período da entre safra os(as) sazonais(as) que permanecem na região, “fazem bico” na construção civil e trabalham na extração de frutas, que passa a ser a principal fonte de renda familiar.

Os (as) trabalhadores (as) sazonais estão dispostos de forma fragmentada em pequenas localidades e nas periferias das cidades, o que dificulta o surgimento de formas organizativas. Os negros representam praticamente 100% da população.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Intervenção

- A CJP realizou o 2º Encontro de Áreas assessoradas que teve a função de avaliar o trabalho da assessoria e contou com a participação de 05 pessoas (homens e mulheres) de CAIMBONGO e 05 pessoas (homens e mulheres) de AZIMBO.
 - Assessoramos em CAIMBONGO o processo eleitoral, com a finalidade de resgatar o incipiente movimento até então impregnado por práticas eleitoreiras, clientelistas e pelegas.
 - Levantamento de terras improdutivas na região e intervenção junto aos órgãos competentes para desapropriação e assentamento.
 - A partir das reuniões na comunidade CEPEL, assessoramos na formação, recrutamento e consolidação de um movimento de luta pela terra, com cursos, seminários e reuniões.
- A CJP realizou uma Oficina de Identidade Racial em CAIMBONGO
- A CJP realizou uma oficina de Identidade Racial em AZIMBO.
- A CJP realizou uma oficina sobre Relações de Gênero em CAIMBONGO
- A CJP realizou uma oficina sobre Relações de Gênero em AZIMBO.
- A CJP realizou um Seminário sobre Processos Produtivos, Comercialização e Organização em CAIMBONGO.
- A CJP realizou um Seminário sobre Processos Produtivos, Comercialização e Organização em AZIMBO.
- Assessoramos, em parceria com uma cooperativa de Agrônomos (ARVOREDO), na elaboração do projeto produtivo PRONAF A para CAIMBONGO, já em negociação com o Banco do Nordeste.
- Levantamento junto ao INCRA de 10 áreas possíveis de desapropriação no Recôncavo da Bahia.
 - A CJP acompanhou a comunidade de CAIMBONGO na ida a órgãos públicos, bem como os respectivos Procedimentos Administrativos no Ministério Público Federal, INCRA, IBAMA, CAR, CDA e Banco do Nordeste.
 - A CJP acompanhou a comunidade de AZIMBO na ida a órgãos públicos, bem como os respectivos Procedimentos Administrativos no INCRA, IBAMA e CDA.

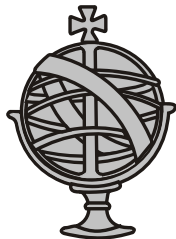


**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Resultados

- Consolidação de dois núcleos organizativos: CAIMBONGO e AZIMBO.
- Consolidação de CAIMBONGO, como Projeto de Reforma Agrária, beneficiando 68 famílias de assentados já legalizadas pelo INCRA.
- Elaboração, junto com a comunidade de CAIBONGO, de um Projeto Habitação, para construção de moradias já em andamento, numa prática coletiva.
- Em execução o Projeto Estrada de acesso ao Assentamento, previsto de estar concluído em novembro do corrente ano.
- Assessoramos, em parceria com uma cooperativa de Agrônomos, na elaboração do projeto produtivo PRONAF A já em negociação com o Banco do Nordeste, com início previsto para dezembro de 2003.
- Consolidação a partir do núcleo inicial que se reunia na CEPEL do acampamento AZIMBO (TERRA) já com decreto de desapropriação e em vias de imissão de posse para criação do PA (Projeto de Assentamento) beneficiando diretamente 36 famílias, com uma produção coletiva de 10 tarefas de área plantada com diversas culturas.
- Vistoria de 10 áreas possíveis de desapropriação no Recôncavo.
- Consolidação de grupo de mulheres em CAIMBONGO e em AZIMBO, com participação no Coletivo de Mulheres do CETA Recôncavo.
- Participação de dois membros de CAIMBONGO na Coordenação Regional do CETA (Movimento de Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as)).
 - Participação de dois membros de AZIMBO (um homem e uma mulher) na Coordenação Regional do CETA (Movimento de Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as)).
- Participação de uma mulher de CAIMBONGO na Coordenação do Coletivo de Mulheres do CETA Recôncavo.
- Participação das duas comunidades na Mobilização de Abril do CETA, Fundo de Pasto e Quilombolas, que teve a participação de 1800 pessoas de todo o Estado da Bahia.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Perspectivas

- Planejamento estratégico em CAIMBONGO, com o objetivo principal de potencializar ainda mais o processo organizativo, com autonomia e independência, apontando a nossa saída como assessoria direta.
 - O contato com CAIMBONGO se manterá pela relação com a CETA Regional Recôncavo.
 - Consolidar novos acampamentos na região a partir das vistorias feita pelo INCRA.
- Assessorar no processo de organização no acampamento AZIMBO, capacitando-os para o relacionamento com os órgãos competentes em políticas públicas para a reforma agrária.
- Levantamento e definição de novas áreas de intervenção da CJP, relacionado a um possível novo projeto.

Dandá

Diagnóstico inicial.

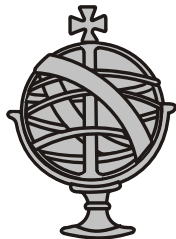
A Comunidade de Dandá está situada na Fazenda Coqueiro que se encontra localizada no Município de Simões Filho. A origem do povoado se deu há mais de cem anos, passando a posse da terra por quatro gerações.

O povoado é formado por 14 famílias nucleares que descendem do mesmo tronco, perfazendo o total de cerca de 120 pessoas. Os(as) trabalhadores(as) até 1997 ocupavam cerca de 200 hectares de terra a onde produziam diversas culturas (feijão, milho, mandioca, frutas e etc.) para a subsistência. Há três anos, os mesmos foram expulsos da terra por ordem do Poder Judiciário, sendo destruídas suas plantações. Nesta ocasião, foi feito um acordo com a suposta proprietária, para que os trabalhadores continuassem a viver no vilarejo.

Os(as) trabalhadores(as) resistem em cerca de 20 hectares de terra, da qual extraem produtos que ajudam na sua sobrevivência. As mulheres trabalham na roça e desempenham o trabalho doméstico, algumas chegaram a migrar para Salvador a fim trabalharem como doméstica em casas de famílias.

Os(as) trabalhadores(as) residem em casas de taipa que não possuem infra-estrutura básica (encanamento de esgoto e água encanada) localizadas na beira da estrada. A comunidade possui uma escola destinada a educação infantil de primeiro grau.

O povoado de Dandá é núcleo que apresenta características quilombolas, quais sejam: as famílias descendem de um mesmo tronco, a denominação do povoado, a expressão lingüística, histórica da relação de trabalho e período de permanência na terra.



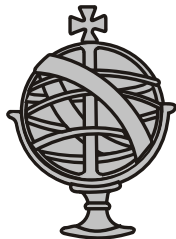
COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

O ordenamento constitucional brasileiro, contemplando algumas das reivindicações do movimento negro, obriga ao Poder Público que reconheça as comunidades Remanescentes de Quilombos, devendo a elas ser assegurando a posse na terra e a titulação da área. A intervenção na área se apresenta como de suma importância em relação a questão de raça na Bahia, pois é uma referência importante no resgate da cultura afro-descendente.

Intervenção

- A CJP realizou o 2º Encontro de áreas assessoradas que teve a função de avaliar o trabalho da assessoria e contou com a participação de 05 pessoas (homens e mulheres).
- Assessoramos as reuniões quinzenais para consolidação de uma forma organizativa e estudos de alternativas de trabalho e renda.
 - Levantamento da documentação de confirmação da comunidade como remanescente de quilombos junto a Fundação Cultural Palmares.
- Reunião com a Fundação Palmares, (Órgão do Governo Federal que cuida da documentação de reconhecimento e titulação de terras de quilombos), para definição de critérios e prazos para os encaminhamentos relativos ao reconhecimento e titulação, com a participação direta da comunidade.
 - Preparação da comunidade para participação nos encontros Estadual e Nacional de Quilombolas.
- Acompanhamento da Ação Judicial na Comarca de Simões Filho promovida pela dita proprietária da área que, devido à resistência dos(as) trabalhadores(as), desistiu formalmente da Ação.
- Acompanhamento do Procedimento de Desapropriação para fins de Reforma Agrária junto ao INCRA.
- A CJP realizou uma Oficina de Identidade Racial.
- A CJP realizou uma Oficina de Relações de Gênero.
- A CJP realizou um Seminário sobre Processos Produtivos, Comercialização e Organização.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

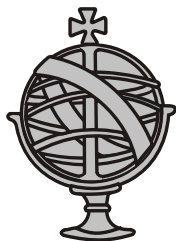
Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

Resultados

- Regularidade nas reuniões ordinárias.
- Participação de representação da comunidade na organização de remanescentes de quilombos na região do Recôncavo da Bahia.
- Vistoria pelo INCRA, com o devido Procedimento de Desapropriação com a finalidade do reconhecimento e assentamento, já em fase final.
- Realização de um projeto produtivo emergencial, baseando-se no trabalho coletivo, com área plantada de sete tarefas e pequenos lotes individuais.
- Participação de dois membros (um homem e uma mulher) na Coordenação Regional do CETA (Movimento de Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as)).
- Consolidação do grupo de mulheres, com participação efetiva no Coletivo de Mulheres do CETA Recôncavo..
- Participação na Mobilização de Abril do CETA, Fundo de Pasto e Quilombolas, que uma participação de 1800 pessoas de todo o Estado da Bahia.

Perspectivas

- Dar continuidade no próximo projeto, com ênfase no fortalecimento da auto-estima e de relação de Gênero.
- Consolidação do Laudo Antropológico.
- Consolidação como Projeto de Assentamento para fins de Reforma Agrária, classificado com Remanescente de Quilombo.
- Projeto de Custeio (produção agrícola e agrária) para a comunidade.
- Levantamento de novas áreas na proximidade, atendendo as características quilombolas e como alternativa ao alto índice de desemprego.



**COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR**

Vinculada à Comissão de
Justiça e Paz Brasileira

2.6. Ficha Técnica

Dentro da perspectiva interdisciplinar, o quadro técnico da CJP é formado de Educadores Populares que possuem formação específicas variadas, graduados e pós graduados.

- Hemilson de Castro Rodrigues Coordenador Administrativo Pedagogo Diretor Teatral
- Alessandra Carvalho de Queiroz Assessora jurídica Bacharel em Direito, Licenciatura em teatro.
- Maria Durvalina Cerqueira Santos Assessora técnica Pedagoga mestre em educação.
- Gleide Maria Barreto Araújo Assessora técnica - Pedagoga
- Márcio Ricardo da Silva Barbosa - Técnico em Informática graduando em Comunicação social.
- Mariângela dos Santos Cristóvão Secretária.
- Jaqueline Monteiro de Santana Estagiária graduanda em Pedagogia
- Luiz Henrique de Santana Martins Estagiário graduando em geografia
- Moisés Batista Pinheiro dos Santos Serviços Gerais